

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
DEPARTAMENTO DE LÍNGUA E LITERATURA VERNÁCULAS
LETRAS LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURAS**

URSULA LAURENTINO VARGAS POLETTO

**O COMPORTAMENTO DO SUJEITO PRÉ-VERBAL LOCATIVO NAS
SENTENÇAS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

FLORIANÓPOLIS

2019

Ursula Laurentino Vargas Poletto

**O COMPORTAMENTO DO SUJEITO PRÉ-VERBAL LOCATIVO NAS
SENTENÇAS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Programa de
Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina para a
obtenção do Grau de Bacharelado em Letras – Português
Língua e Literatura Vernáculas
Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Sandra Quarezemin

Florianópolis
2019

A realização deste trabalho marca o encerramento de um clíco importantíssimo da vida. Despeço-me dessa etapa, portanto, dedicando meu estudo e esforço a todos aqueles que me permitiram chegar aqui e, principalmente, deram-me forças e incentivo para continuar.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, à vida, por ter me dado inúmeras oportunidades de aprendizado e crescimento, as quais me fizeram chegar onde estou hoje.

Aos dois grandes amores da minha vida, meu pai Giovani e minha mãe Vera, que embora more longe, está sempre presente. Sem os ensinamentos de vocês, o amor, o carinho, o cuidado e até mesmo as desavenças, eu não teria o privilégio de estar aqui hoje e ser o que sou.

À minha avó Jane, por estar sempre presente, sobretudo nos momentos mais difíceis da minha vida, e procurar incessantemente me “puxar para cima”, acreditando em mim e na minha capacidade, incentivando a busca pelos meus sonhos.

À minha madrastra Julianne, por me tratar como filha, dando apoio, carinho e cuidado. Sempre tão zelosa.

Aos meus irmãos Gabriel e Bernardo, por me fazerem ter uma perspectiva diferente sobre os acontecimentos da vida, além de tornarem meus dias mais alegres.

À minha irmã Luiza, que embora não seja de laço sanguíneo, eu considero como uma. Você é um presente que a Universidade me deu e não consigo pensar nos meus dias sem sua presença.

Aos meus amigos Keanu, Dolly, Renan, Jeni, Tatu, Audrey, Pama e Gabrielle, por serem meus anjinhos, por todo apoio e suporte, risadas, choros, conversas filosóficas, abraços, carinhos e RPGs. Vocês fazem o insuportável ser suportável, tornam minha vida mais leve e me trazem felicidade.

À minha orientadora Sandra, por toda paciência, compreensão e apoio durante o período não só da pesquisa, como da graduação. Por todo incentivo aos estudos e pelas oportunidades de crescimento pessoal e profissional. Tenho extrema admiração pela mulher que você é.

Ao trabalho da professora Lívia, que não só serviu de inspiração para o meu estudo, como também me guiou durante esse período de pesquisa.

E por fim, mas não menos importante, agradecer à minha cachorrinha Luna, ainda que ela não possa ler, ter um bichinho como você presente na minha vida me faz perceber como ser feliz é simples.

“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota.”
(Madre Teresa de Calcuta)

RESUMO

Estudos recentes da sintaxe gerativa discutem casos de termos no português brasileiro que atendem aos requisitos e desempenham a função de sujeito. Entretanto, não são assim considerados pela Gramática Tradicional, sendo denominados de sujeitos não-padrão. No português brasileiro tem sido cada vez mais frequentes construções nas quais o sintagma encontrado na posição de sujeito, não é um sujeito padrão. Por exemplo, quando esta posição está ocupada por um sintagma que tenha uma interpretação locativa (lugar); como podemos ver nas seguintes sentenças: “Essa casa bate bastante sol” e “A estante falta livro” (PONTES, 1986). As ocorrências desses sujeitos não-padrão nas sentenças do PB têm sido realizadas tanto em posições pré-verbais como em posições pós-verbais. Sendo assim, a presente pesquisa tem como objetivo discutir e esclarecer as noções e propriedades de sujeito encontradas nas gramáticas tradicionais visto que muitas vezes suas normas se distanciam da realidade da língua. Entender como funcionam estes sujeitos, porque são ignorados pela GT e levantar hipóteses do porquê de suas ocorrências faz parte deste estudo. Apresentar uma breve introdução sobre o que é a sintaxe gerativa e o que é a cartografia, para depois poder dar início ao estudo de sujeitos não-padrão. Apesar de haver muitas possibilidades de estudo em relação a esses sujeitos que fogem dos padrões da gramática tradicional como os sujeitos meteorológicos, genitivos, locativos e temáticos, o foco será o sujeito locativo. A discussão a respeito do mesmo tem como objetivo a compreensão do que ele é. Para tanto, também há de se mostrar a cartografia do sujeito no geral. O trabalho ainda se ocupa em apresentar a problemática recorrente nos estudos linguísticos proposta pelo trabalho de Kenedy (2014) acerca do status tipológico do português brasileiro: se é uma língua orientada para discurso ou para o sujeito.

Palavras-chave: Sintaxe. Sujeito locativo. Cartografia. Português Brasileiro.

ABSTRACT

Some recent studies of generative syntax examine terms in Brazilian Portuguese that meet the requirements and play the role of subjects. However, they aren't recognized as such by the traditional grammar, being referred to as non-standard subjects. It has been increasingly common to find sentences in which the syntagma found in the position of a subject is not a standard one, such as, when that position is occupied by a syntagma that has a locative interpretation, as we can see in the sentences "Essa casa bate bastante sol" and "A estante falta livro" (PONTES, 1986). The occurrence of non-standard subjects in sentences has been observed to happen in both preverbal and postverbal positions. Therefore, this research aims to discuss and establish the notions and properties of subjects found in traditional grammars since their norms often deviate from the reality of the language. Understanding how those subjects work, why they're ignored by traditional grammars and hypothesize why they exist are all part of this analysis, that will present a brief introduction of the generative syntax and cartography concepts, to then be able to begin the study of non-standard subjects. Although there are many possible fields of study related to subjects that deviate from traditional grammars such as comitative, genitive, and thematic, the focus of this research will be on locative subjects. The discussion also aims to clarify what the locative subject is, therefore, it's necessary to show the cartography of the subject in general. This research in particular is also concerned with presenting the recurring problem on linguistic studies proposed by the work of Kenedy (2014) regarding the topological status of Brazilian Portuguese: whether it is a speech or subject-oriented language.

Keywords: Syntax. Locative subject. Cartography. Brazilian Portuguese.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Paradigma Flexional do português brasileiro.....	29
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DP	Sintagma Determinante
EPP	<i>Extended Projection Principle</i>
GT	Gramática Tradicional
GU	Gramática Universal
PB	Português Brasileiro
PE	Português Europeu
PP	Sintagma Preposicionado
SN	Sintagma Nominal
SubjP	<i>Subject of Predication</i>
SV	[Ordem] Sujeito Verbo
VP	Sintagma Verbal
VS	[Ordem] Verbo Sujeito

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1 INOVAÇÕES NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: O SUJEITO LOCATIVO.....	11
1.2 ESTRUTURA METODOLÓGICA: OBJETIVOS E HIPÓTESES.....	16
2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O SUJEITO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO	17
2.1 PANORÂMA SOBRE A SINTAXE GERATIVA E SEUS FUNDAMENTOS.....	19
2.2 ENTENDENDO A ORGANIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS.....	22
2.2.1 O PRINCÍPIO DE PROJEÇÃO ESTENDIDA (EPP).....	22
2.2.2 O SUJEITO NULO E O PARÂMETRO PRO-DROP.....	24
2.2.3 A ORDEM VS.....	26
2.3 ASPECTOS MORFOLÓGICOS E SINTÁTICOS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: MUDANÇAS NAS FLEXÕES E PRONOMES.....	28
2.4 O PORTUGUÊS BRASILEIRO: UMA LÍNGUA COM PROEMINÊNCIA DE TÓPICO OU DE SUJEITO?.....	30
3. A SINTAXE DO SUJEITO LOCATIVO E AS DIFERENTES CONCEPÇÕES TEÓRICAS.....	37
3.1 INVERSÃO LOCATIVA E A INFLUÊNCIA DAS LÍNGUAS BANTU.....	37
3.2 OS LOCATIVOS E A CONCORDÂNCIA.....	42
3.3 LOCATIVOS PRÉ-VERBAIS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO.....	45
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
5. REFERÊNCIAS.....	51

INTRODUÇÃO

1.1 INOVAÇÕES NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: O SUJEITO LOCATIVO

Recentemente tem-se notado a presença de termos em posição de sujeito em sentenças do português brasileiro, produzidas pelos falantes nativos, que não correspondem a um sujeito padrão, como é denominado pela Gramática Tradicional (GT). Ainda assim, os sintagmas encontrados nessa posição podem ou não atender todos os critérios de um sujeito padrão, além de serem capazes de desempenhar a função do mesmo. Este trabalho de cunho comparativo e analítico, através da perspectiva da Sintaxe Gerativa, tem como objetivo observar as novas formas de construções, as quais têm a posição de sujeito ocupada por termos que não se enquadram na definição de *sujeito* conforme a GT. Essa posição predestinada ao que se denomina de sujeito pode estar preenchida por um sintagma de compreensão locativa, ou seja, que expressa um lugar/local, assim como os adjuntos adverbiais de lugar, dando a formação do *sujeito locativo*. Entretanto, estes vocábulos nem sempre vêm providos de uma preposição, gerando um DP locativo. Todavia, também há a possibilidade desses termos aparecerem preposicionados na posição pré-verbal de sujeito, denominado de PP locativo. Além disso, é importante ressaltar que apenas pela ocorrência de um fenômeno como o sujeito locativo, seja ele um DP ou um PP, já é um aspecto que entra em contradição com algumas das normas postuladas pela GT. Os exemplos em (1) e (2) evidenciam melhor as diferenças supracitadas.

- (1) a. A padaria vende pão.
b. A livraria vende livros.
c. A escola aceita cartão de crédito.

- (2) a. Na padaria vende pão.
b. Na padaria vendem pão.

Ainda que sejam ignoradas pela Gramática Tradicional (GT), sentenças como as anteriores estão sendo produzidas e utilizadas pelos próprios falantes do português brasileiro. De acordo com os exemplos tanto em (1) como em (2), é possível notar que,

seguindo a ordem SVO, a posição de sujeito está sendo ocupada por um termo de interpretação locativa e ainda em (2), esse termo é preposicionado.

Mas afinal, o que é o *sujeito*? “O sujeito é o **ser** sobre o qual se faz uma declaração” (CUNHA; CINTRA, 2013, p.136, grifos meus). É sempre interessante perceber o quão abrangentes ou específicas são as definições sobre as estruturas das línguas que as Gramáticas Tradicionais trazem. Observe o tamanho da subjetividade que a palavra *ser* apresenta e que, simultaneamente, pode eliminar tudo aquilo que não é considerado *ser*. “Ordinariamente, a função ‘sujeito’ é exercida por um substantivo ou pronome substantivo” (AZEREDO, 2013, p. 136). Esta é outra definição normativa acerca do que pode ou não se chamar de sujeito. Como resumo, percebe-se que os requisitos que um termo deve atender para ser denominado dessa forma, na Gramática Tradicional, é aquele que, além de ser o principal, é responsável por operar a ação expressa pelo verbo, devendo concordar com o mesmo. Além disso, de acordo com outras regras encontradas na GT, o sujeito também não deve ser preposicionado. Esses aspectos são os motivos pelos quais as sentenças mostradas acima são ignoradas pela GT, uma vez que o sintagma que ocupa a posição de sujeito nas sentenças (2) a e b, não se enquadra em pelo menos um desses itens.

Entretanto, não é só essa regra que as sentenças mencionadas não obedecem. Há ainda uma segunda que fala sobre a regência dos adjuntos adverbiais, que, neste caso, estão sem suas preposições, como nas sentenças (1) a, b e c, quando na verdade, deveriam estar preposicionados. Ainda seguindo a mesma lógica, a Gramática Tradicional diz que se os adjuntos adverbiais estiverem de acordo com as normas da mesma, estes não podem ocupar posição de sujeito.

Notamos que entre as sentenças do conjunto (1) e as do conjunto (2) há diferenças nos sintagmas que ocupam a posição de sujeito. As sentenças vistas em (1) não estão preposicionadas, formando, assim, um sintagma nominal DP de interpretação locativa, que mais a frente veremos que ele apresenta um comportamento de *sujeito gramatical*.

Já no conjunto em (2), as sentenças são construídas com um sintagma preposicionado na posição de sujeito e também com interpretação locativa, são denominados de PPs locativos. Alguns aspectos do seu comportamento se diferem dos DPs locativos. Dessa forma, este trabalho propõe uma discussão acerca do fenômeno linguístico que é o sujeito locativo. Com base nisso, pretende-se refletir sobre como um

sintagma preposicionado poderia estar ocupando a posição de sujeito, as diferentes projeções e teorias que podem dar conta disso. E ainda, trabalhar a hipótese da ocorrência dos PPs locativos, na determinada posição, que pode ser vista como uma nova estratégia de indeterminação do sujeito. Observe a comparação a seguir:

(2) b. Na padaria vendem pão.

(3) a. Vendem pão na padaria.

b. Vende-se pão na padaria.

c. Na padaria vende-se pão.

É possível observar que a semântica das sentenças é a mesma; o sujeito encontra-se indeterminado, seja com o PPloc fronteado, ou com a partícula *-se* como índice de indeterminação do sujeito. O fato do verbo “vender”, por ser transitivo direto e biargumental, o fato dele estar conjugado na terceira pessoa do plural também contribui para tal interpretação. O porquê de o PP locativo estar fronteado, além de ser aceitável, e quais fatores que podem desencadear e influenciar esse acontecimento são explicados em seções subsequentes.

Voltando para as características que regem o conceito de um sujeito locativo, é possível inferir que elas são um tanto peculiares, pois, apesar de não ser considerado um sujeito pelas normas da GT, ele possui propriedade gramatical, isto é, desencadear concordância verbal, ocupar a posição pré-verbal e, portanto, ocupar a posição de sujeito; ademais, não é tópico, embora possa ser confundido como um, apresenta traços semânticos, geralmente não é o *sujeito lógico* da sentença, pode ou não ser o *sujeito gramatical* e pode ou não atender o Princípio de Projeção Estendida (EPP, do inglês *Extended Projection Principle*). Os três últimos itens serão esclarecidos em outras seções mais a frente.

No intuito de explicar a afirmação de que o sujeito locativo, geralmente, não coincide com o *sujeito lógico* da sentença, pode-se analisar as estruturas que possuem um PP locativo em posição pré-verbal, o qual pode ou não estar desencadeando concordância, observe:

- (2) a. Na padaria vende pão.
b. Na padaria vendem pão.

Se, neste caso, o PPloc não estiver fazendo concordância com o verbo e também não checa Caso nominativo, não há como ser o *sujeito lógico* da sentença. Acerca desse fenômeno, Avelar (2009), na tentativa de encontrar justificativas que deem conta desse movimento do PP loc para a posição de sujeito (Spec,TP) assume que a preposição presente no sintagma locativo é naturalmente uma atribuidora de Caso nominativo e considerando que este sintagma corresponde à projeção de uma categoria nominal, não deveria causar estranheza tanto o fato dele estar em uma posição receptora de Caso, quanto os traços-f de T estarem em concordância com o PP locativo, uma vez que “qualquer forma pronominal deve ser capaz de desencadear concordância” (AVELAR, 2009, p. 241). Todavia, o próprio autor revela que esse argumento pode ser contestado, uma vez que é possível a ocorrência do sintagma locativo preposicionado no final da sentença, tornando possível as construções:

- (2) a'. Vende pão na padaria.
b'. Vendem pão na padaria.

Isto posto, Avelar (2009) afirma que tais evidências sinalizam que o PP locativo nem sempre é realizado na posição gramatical de sujeito e, devido a isso, não seria apropriado relacionar o fato da sua ocorrência com a atribuição de Caso. Ainda, o autor alega que, embora a posição em que o PP loc se encontra nas sentenças em (2 a' e b') não possa ser interpretada como posição gramatical de sujeito, não afetaria a questão da concordância, sendo ela possível de ser realizada, uma vez que *Agree* acontece à distância devido ao sintagma locativo estar fora da posição prevista (AVELAR, 2009, p. 242). Sendo assim, tendo em vista as duas possibilidades de ocorrência das sentenças do conjunto (2), Avelar defende a ideia de que o PP loc é realizado em posição pré-verbal, ocupando a posição gramatical destinada ao sujeito quando o *sujeito argumental* da sentença se encontra em outra posição (AVELAR, 2009, p. 236).

Há pesquisas que podem discordar desses argumentos, as quais, primeiramente, refletem acerca dos constituintes mencionados estarem ou não na posição de Caso (Spec, TP). Além disso, também não favorecem a afirmação de que o PB é uma língua de tópico proeminente, como os trabalhos de Cardinaletti (2004) e Quarezemin e Cardinaletti (2017), em que as autoras assumem uma projeção própria para este tipo de sujeito, denominado de sujeito da predicação (SubjP). Essa categoria será discutida mais à frente.

O presente estudo se embasa na abordagem da sintaxe gerativa, que tem como fundamento a Teoria Gerativista, a qual possui como princípios os estudos linguísticos de Chomsky, a sintaxe gerativa e apoia-se na abordagem cartográfica. Além disso, este trabalho é dividido em cinco capítulos que visam esclarecer mais aspectos que regem o fenômeno do sujeito locativo, além de mostrar as diferentes abordagens teóricas que buscam explicar o mesmo objeto de estudo. O primeiro capítulo, composto pela introdução apresenta uma breve definição e explicação sobre como pode se apresentar o sujeito locativo. A subseção 1.2 tem como objetivo mostrar os objetivos da pesquisa, quais hipóteses que nortearam este estudo e a metodologia. O segundo capítulo discorre a respeito das considerações sobre o português brasileiro e busca apontar e explicar aspectos sobre as línguas e suas estruturas a fim de servir como suporte para melhor compreensão do que é o objeto de estudo deste trabalho. O capítulo três aborda sobre a fundamentação teórica da presente pesquisa, cujo objetivo é mostrar as diferentes concepções que o mesmo objeto pode receber. Para a elaboração desse capítulo, foi feita uma seleção de trabalhos dentre várias das leituras realizadas, que podem dialogar entre si. O quarto capítulo é composto pelas considerações finais, em que são mostrados os resultados dessa pesquisa, quais hipóteses foram verificadas e aceitas e o que se concluiu diante desse conhecimento. Por fim, o último capítulo contém as referências bibliográficas.

1.2 ESTRUTURA METODOLÓGICA: OBJETIVOS E HIPÓTESES

A presente pesquisa guiou-se nos objetivos de investigar a sintaxe do sujeito locativo no português brasileiro, discutir sobre as diferentes concepções de sujeito, de verificar se há alguma espécie de regularidade em relação ao tipo de verbo (bi ou monoargumentais) que aparecem nas construções com o sujeito locativo, verificar a possibilidade de combinações com tipos específicos de DPs, apresentar teorias que possam dar conta do fenômeno, buscando evidenciar as diferentes perspectivas sobre o mesmo acontecimento, retomar a discussão sobre o português brasileiro ser uma língua com proeminência de tópicos ou de sujeito e desenvolver um estudo translinguístico do sujeito locativo no PB, comparando com o português europeu (PE) e o italiano, por exemplo.

Para o seguimento deste trabalho, as hipóteses que foram levantadas e verificadas através das leituras do objeto de estudo, análise e comparação de dados advindas de fontes diversas são as de que o português brasileiro é uma língua *pro-drop* parcial, uma vez que seu comportamento em relação a esse parâmetro se dá de forma bem variada. Entretanto, os estudos mostram que os falantes nativos do PB preferem preencher a posição de sujeito a deixá-la vazia. Os DPs locativos, por sua vez, apresentam o comportamento de um sujeito gramatical, enquanto que o aparecimento dos PPs locativos em posição de sujeito pode ser interpretado como uma nova estratégia de indeterminação do sujeito. Essa discussão é descrita de maneira mais minuciosa ao decorrer deste trabalho.

A metodologia para a realização desta pesquisa foi de cunho teórico, dado que não foi realizado nenhum tipo de experimento. Sendo assim, este estudo baseou-se nas fundamentações teóricas de Rizzi (2005), Avelar e Galves (2013), Munhoz e Naves (2012); Kenedy (2014), Alexadiou e Carvalho (2016), Pontes (1986), Avelar (2009), Cardinaletti (2004), Duarte (1993), Avelar e Cyrino (2008; 2009), Cardinaletti (2004), Quarezemin (2017) e Quarezemin e Cardinaletti (2017). Além das leituras exercidas, obteve-se coleta e análise de dados das mesmas fontes citadas anteriormente.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O SUJEITO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Antes de compreender como funciona a sintaxe do sujeito locativo é importante que se entenda o que é o sujeito no português brasileiro (ou PB), quais são os aspectos atribuídos para este termo, o que o define como tal e “quem” que estabelece as regras que o determinam. Compreender também a abordagem tradicional sobre esse assunto é igualmente necessário, tanto para assimilar o fenômeno quanto para a apresentação e explicação das diferentes teorias a respeito do objeto de estudo desta pesquisa, permitindo, assim, a percepção da importância desses dados inovadores e suas consequências na língua.

Quando se fala em abordagem tradicional significa dizer com base nas definições da Gramática Tradicional (GT). Esta pode ser entendida como um conjunto de regras “do bem falar e do bem escrever”, que resultam na formação de padrões, os quais conhecemos como a norma culta ou padrão. É o que cria a ideia de escrever e falar “certo” ou “errado”.

No decorrer da graduação em Letras – Português, aprende-se que muitas das regras da GT mantêm-se apenas pela tradição, sendo possível encontrar muitas ocorrências feitas pelos próprios falantes nativos do PB que divergem dessas normas. Uma linha de raciocínio baseada no que foi mencionado no parágrafo anterior só cria um abismo cada vez maior entre a língua falada e escrita, em virtude do pensamento dicotômico que a Gramática Tradicional estabelece. Além desse tradicionalismo gerar um *preconceito linguístico* devido à criação dos seus conceitos um tanto estéticos, também ignora as variedades da língua, pois com a lógica que realiza, só leva em consideração apenas uma, neste caso, a norma culta. Isso implica pensamentos do tipo “tudo que foge desses padrões é errado/feio”. Cabe aqui os sujeitos não-padrão. O objetivo desse parágrafo não é desconsiderar a importância das regras e da Gramática Normativa, mas, sim, evidenciar que há eventos que acontecem/acontecendo na língua, os quais não devem ignorados, nem menosprezados apenas pelo fato de não se enquadrarem nos padrões da GT.

Isto posto, é sabido que para a GT, o sujeito será o termo essencial da oração. Normalmente é aquele que pratica a ação expressa pelo verbo, devendo concordar com o mesmo e não pode ser preposicionado. Este último aspecto já causa uma divergência em relação aos sujeitos locativos, uma vez que, ao se ter um PP locativo, tem-se um sintagma

preposicionado em posição de sujeito pré-verbal. Já no que diz respeito aos DPs locativos na mesma posição, estes não seguem a regra que aborda sobre a regência dos adjuntos adverbiais, visto que estão sem suas respectivas preposições, mostrando-se, portanto, como sintagmas nominais (SN) e não como adjuntos adverbiais, ainda que sua interpretação seja de lugar. Assim sendo, em pelo menos duas das regras postuladas pela GT já não são cumpridas pelos sujeitos locativos. Por essa razão eles fazem parte do grupo de “sujeitos não-padrão”.

Porém, para a linguística, sobretudo para a sintaxe, a definição de sujeito vai além dessas denominações vistas até agora. Em primeiro lugar, é importante ressaltar que a área da linguística trabalha com noções de *argumentos*, que, de maneira geral, o argumento externo do verbo corresponde ao sujeito e *predicados*. A lógica por trás do uso do termo predicado diverge muito da postulada pela GT, uma vez que são definidos como “os núcleos que selecionam os elementos lexicais que co-ocorrerão com eles” (MARIANI, 2009, p. 10 *apud* MIOTO, 2007, p. 121, nota 1). Dessa maneira, portanto, os argumentos são entendidos como os itens selecionados pelo predicado.

Além disso, há distinção também entre o que se denomina de *sujeito lógico*, que é aquele que faz parte do domínio lexical, é o esperado pela semântica da sentença, no qual o verbo se refere substancialmente e ainda, é o elemento mais elevado da hierarquia temática. E também há o *sujeito gramatical*, aquele que existe por funções sintáticas. É aquele que o verbo se refere gramaticalmente, responsável por fazer a concordância na sentença e satisfazer o Princípio de Projeção Estendida (EPP). Observe a diferença mencionada nas sentenças a seguir:

(4) a. O inseto picou Amanda.

b. Amanda foi picada pelo inseto.

Em uma frase ativa, como é o caso da sentença (4a), o sujeito gramatical e o lógico podem coincidir, pois o verbo “picar” refere-se ao “inseto” tanto substancialmente como gramaticalmente. Já na sentença (4b), que é passiva, “o inseto” passa a ser somente o sujeito lógico, pois torna-se o agente da passiva. Além disso, o sujeito lógico está ligado com o argumento externo do verbo.

2.1 PANORAMA SOBRE A SINTAXE GERATIVA E SEUS FUNDAMENTOS

Como já citado na introdução, o presente estudo é fundamentado na Teoria Gerativista, a qual tem como princípio os estudos linguísticos de Chomsky, a sintaxe gerativa, que se preocupa não só com a descrição dos fenômenos como também a explicação desses e, por fim, também se apoia na abordagem cartográfica. Para uma melhor compreensão da pesquisa, esta seção visa abordar brevemente um panorama sobre a sintaxe, a sintaxe gerativa junto com seus fundamentos, além de apresentar alguns aspectos a respeito da cartografia sintática, com os trabalhos de Negrão (2017) e Quarezemin (2009).

Sabe-se que em meados do século XX, a linguagem entrou como mais um campo para os estudos científicos. Ela tem como característica exclusiva ser multifacetada. E, como consequência disso, pode ser interpretada sob diferentes perspectivas, resultando em um mar de possibilidades teóricas que visam compreendê-la e explicá-la.

Chomsky em 2005, com seu artigo "A linguagem como objeto natural", como o próprio nome já sugere, reflete sobre uma abordagem da linguagem que é interpretada como um objeto natural, o qual pode ser estudado através das ciências naturais. Essa ideia vem se desenvolvendo por meio do Projeto Gerativo, que tem seu início na segunda metade do século XX, com a publicação do livro *Syntactic Structures* (CHOMSKY, 1957).

O Projeto Gerativo faz parte dos estudos que contemplam a Teoria Gerativa. Esta, por sua vez, alega que os seres humanos possuem uma capacidade inata voltada para a linguagem. Elemento que pertence à mente humana, denominado de *faculdade da linguagem*, a qual compreende um item responsável pela formação de estruturas linguísticas usadas pelos sistemas de desempenho e também é acessível a outros sistemas cognitivos, como os articulatório-perceptuais.

Como estudado no trabalho de Negrão (2017), para poder dar conta da explicação e descrição da faculdade da linguagem, fez-se necessário, modelos de gramáticas que propuseram: 1) Uma adequação descritiva, por conta da hipótese inatista da faculdade da linguagem, que apesar das línguas terem suas diferenças, elas devem compartilhar um conjunto de propriedades comuns e universais existe a busca de uma adequação descritiva, ou seja, a gramática tem que dar conta dos dados empíricos das diversas línguas. 2) Uma adequação explicativa, pois a gramática não pode perder seu foco de explicar a capacidade humana para a linguagem e o processo de aquisição pela linguagem.

“Sistema” pode ser uma palavra-chave ao considerarmos que a Teoria Gerativa foca nesse sistema computacional. Sendo assim, infere-se que as sentenças produzidas por seres humanos se constroem a partir de elementos que, organizados, formam estruturas. Infinitude e estrutura são características fundamentais dessa Teoria. (NEGRÃO, 2017, p.62).

Com base no exposto, é possível identificar que as sentenças produzidas nas línguas são capazes descrever situações e, para tanto, utilizam-se de constituintes para conseguir realizar o processo. E como resultado de uma certa ordenação dos itens lexicais, elas podem ser encaixadas umas nas outras. Essa característica faz parte da estrutura das línguas, a qual faz do componente sintático um sistema recursivo. Isso permite que, a partir de um número finito de elementos, seja possível formar expressões estruturadas infinitas. E aqui se pode inserir o que se chama de *criatividade linguística*, cujo aspecto atende ao procedimento da recursividade. E é importante lembrar que suas estruturas são baseadas em elementos organizados hierarquicamente. Isso evidencia que as relações das estruturas sintáticas das línguas, os sintagmas e as sentenças, se dão de forma complexa.

A partir desses estudos, pressupostos e indagações surge o “Projeto Gerativo”, o qual contempla a gramática gerativa, que, embora tenha suas normas, busca, a partir dela, gerar novos dados. Após inúmeras reformulações e mais perguntas para esse determinado Projeto, elabora-se o programa de pesquisa denominado de Cartografia. Ele surgiu ao final dos anos 1990, com um grupo de pesquisadores italianos: Rizzi (1997), Belletti (2004) e Cinque (1999). Esses autores afirmam em seus estudos que "Estruturas são, por si sós, objetos interessantes, tanto em sua constituição interna quanto em suas interações com os vários princípios e processos gramaticais.”

O Projeto Gerativo tem como base a Teoria de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981), a qual contempla um conjunto de princípios universais à todas as línguas e parâmetros variáveis. Importante lembrar aqui a noção de Gramática Universal (GU), que é internalizada e construída através desse conjunto de princípios e parâmetros. Além disso, também seria o estado inicial da faculdade da linguagem.

Sendo assim, retomando a ideia do programa cartográfico, entende-se a cartografia como um desdobramento do modelo de Princípios e Parâmetros. Finalizada essa breve contextualização, o “Projeto Cartográfico” é fundado, cujo objetivo é analisar e estudar a estrutura hierárquica dos constituintes sintáticos e busca reconhecer representações complexas que eles estabelecem. Como uma primeira proposta tem-se que as sentenças e as expressões são constituídas por uma estrutura lexical e outra funcional mais alta, sendo que ambas são partes elementares hierarquicamente organizadas (CHOMSKY, 1986, Teoria X-barras Estendida). Cada uma dessas estruturas, tanto a lexical quanto a funcional, possui suas próprias configurações dentro do sistema.

A ideia em torno do que se denomina cartografia sugere uma concepção de mapeamento e organização sistemática. Esse sentido atribuído à sintaxe remete, portanto, a uma estruturação dos constituintes que a compõem, que, por sua vez, são complexos e se ordenam hierarquicamente. Tal processo é resultado da combinação de dois elementos que ocorre através de uma operação chamada *Merge*.

Os estudos cartográficos possibilitaram a descoberta sobre os núcleos funcionais, em que cada um possui sua própria finalidade. Com o aparecimento das novas categorias postuladas acerca da estrutura das sentenças deram margem para críticas a respeito da complexidade dessas representações e suas relações. Em divergência da abordagem cartográfica, a qual se baseia no *Princípio de Uniformidade*, isto é, assume que os sintagmas são organizados uniformemente por núcleos lexicais e funcionais através das línguas que partilham dos mesmos princípios de estruturação, além de trabalhar de maneira sistemática e representacional, há o Programa Minimalista, o qual assume um modelo derivacional, em que dois constituintes que se combinam formam um novo, evitando criar novas categorias, diferentemente da abordagem cartográfica. No intuito de esclarecer, este trabalho não aprofunda a Teoria Minimalista, pois seu enfoque é a cartografia sintática.

2.2 ENTENDENDO A ORGANIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS

2.2.1 PRINCÍPIO DE PROJEÇÃO ESTENDIDA

É possível perceber que a Teoria Gerativa gerou várias ramificações. Tendo em vista a Teoria de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981), a qual afirma que os princípios são universais e comuns a todas as línguas e são invariantes, enquanto os parâmetros são variantes e têm seus valores (+/-) determinados pelo processo de aquisição de uma determinada língua. Um dos princípios vistos por esta Teoria é o Princípio de Projeção Estendida (EPP, do inglês *Extended Projection Principle*), por Chomsky 1982, no qual afirma que todas as línguas devem possuir uma posição estrutural destinada ao sujeito, isto é, todas as sentenças, independente da língua, devem ter sujeito.

Sendo assim, tem-se as seguintes estruturas:

(5) a. _____ *pro* Neva. (Português)

(6) a. It snows.

b. *_____ snows. (Inglês)

(7) a. Il neige.

b. *_____ neige. (Francês)

Ao se analisar as sentenças dispostas acima é possível perceber que as línguas inglês e francês não permitem a ocorrência de uma sentença em que a posição de sujeito não esteja preenchida, ou seja, sem a realização plena do sujeito, o que faz com que essas sentenças sejam agramaticais. Isso ocorre por conta de que tanto o inglês, quanto o francês são consideradas línguas de sujeito obrigatório. Assim como alega o EPP, que todas as

línguas devem ter sujeito, o inglês e francês não aceitam formações em que o sujeito não está explicitamente realizado. Sendo assim, nas sentenças (6a) e (7a), o “It” e o “Il” são os pronomes que preenchem a posição gramatical de sujeito, fazendo com que as sentenças sejam aceitáveis. Em contraste, (6b) e (7b) estão com essa posição vazia, gerando a agramaticalidade devido aos aspectos já explicados anteriormente. Contudo, ao se deparar com a sentença (5a), da língua portuguesa, percebe-se que, mesmo na ausência de um sujeito, ela é gramatical e aceitável. Aí surge a dúvida se o Princípio de Projeção Estendida estaria sendo violado. A resposta é não, pois a formação possível, uma vez que a posição de sujeito está preenchida por um pronome nulo *pro*. Ainda assim, é uma ocorrência que aceita um sujeito nulo. O fato de não haver uma violação do EPP é justificado pelo Parâmetro do Sujeito Nulo (*pro-drop*), que é o parâmetro responsável por explicar sobre as línguas que aceitam sujeito nulo, como as românicas.

No caso do PB, ele possui um comportamento ímpar quanto ao preenchimento ou não do sujeito, pois há sentenças em que a não realização do termo torna as sentenças agramaticais, enquanto em outros casos sua ausência não faz diferença, como mostram as sentenças em (8).

(8) a. Ele faz o bolo.

a' * ____ *pro* faz o bolo.

b. Ela veste a roupa.

b' * ____ *pro* veste a roupa.

c. Nós temos dinheiro.

c'. ____ *pro* temos dinheiro.

d. Eu gosto de desenhar.

d'. ____ *pro* gosto de desenhar.

Observando as construções em (8) nota-se que nas sentenças como (8 a e b) a não realização do sujeito causa má formação, tornando-as agramaticais. Entretanto, em (8 c e d), mesmo com o sujeito não realizado, há uma boa formação das sentenças, sinalizando como o PB tem um comportamento variável e singular acerca desse parâmetro. Por conta disso, ele passa por discussões e diferentes opiniões no que se refere ao tipo de língua ele pertence, se faz parte do grupo de línguas de sujeito nulo ou de sujeito obrigatório.

Dessa forma, como já foi mencionado, na tentativa de explicar essas diferenças entre as línguas que precisam obrigatoriamente ter o sujeito realizado nas sentenças para que elas tenham boa formação, enquanto outras não, Chomsky (1981) elabora o Parâmetro *pro-drop*.

2.2.2 O SUJEITO NULO E O PARÂMETRO PRO-DROP

Como citado na seção anterior, o Parâmetro *pro-drop* é aquele capaz de explicar as línguas de sujeito nulo. Ele abrange cinco propriedades: (i) Sujeito nulo; (ii) Inversão livre do sujeito; (iii) Movimento longo do sujeito a partir de uma ilha QU-; (iv) Pronome resumptivo nulo com sentenças encaixadas; e (v) Aparente violação do filtro *that-t*. Portanto, é possível compreender que o parâmetro em questão não só está relacionado com a realização do sujeito, como também sua posição em relação ao verbo.

Fundamentadas nessas cinco propriedades vistas acima, as línguas passam a ser caracterizadas como [+ *pro-drop*], como o italiano, o espanhol, o chinês e o português europeu, em contraponto com as línguas [- *pro-drop*], como o inglês e o francês.

Mas, além das cinco propriedades do *Parâmetro pro-drop*, mostrou-se relevante a questão da concordância (Agr), pois era visto como mais um fator distintivo das línguas de sujeito preenchido e das de sujeito nulo, uma vez que em determinadas línguas como o italiano, a concordância permite a recuperação do sujeito nulo (Quarezemin, 2009).

O português brasileiro, por sua vez, vai apresentar um comportamento bem variado diante dessas propriedades mencionadas acima. Pois, ao mesmo tempo em que apresenta a perda e possível apagamento do pronome em alguns casos, em outros mantém as características de línguas *pro-drop*. Alguns autores como Duarte (1995) e Costa e Duarte (2002) vão defender a ideia de que os falantes do PB dão grande prioridade para o preenchimento da posição de sujeito.

Ainda que o PE seja classificado como uma língua [+ pro-drop], em relação a esse parâmetro o PB também vai apresentar um comportamento diferente. Nas construções em (9) observa-se que são sentenças encaixadas com sujeito nulo referencial de 3º pessoa, em que, para os falantes no português brasileiro, a categoria vazia (*cv*) referente ao sujeito de *comprou* tem como única possibilidade a Mariana, que é o sujeito matriz. Todavia, para falantes do português europeu não existe apenas essa possibilidade de interpretação, pois a categoria vazia pode estar referindo tanto ao sujeito matriz, quanto a um possível sujeito no discurso. O mesmo ocorre com as sentenças (9 c, d, e), que também são sentenças encaixadas com um único referencial possível no PB, enquanto no PE isso pode variar de acordo com o discurso.

(9) a. Mariana disse que *cv* comprou livros. (PB)

b. Mariana disse que *cv* comprou livros. (PE).

c. Mesmo chegando atrasado, *cv* podes entrar (PB).

d. Mesmo chegando atrasado, *cv* podes entrar (PE).

(LOBO, 2009, p. 03)

e. Mas ele_i sentiu [que *cv_i* era o único ali novo, casado, recém-casado].

(KATO; DUARTE, 2014, p. 06)

Ainda que haja ocorrências desse tipo de sujeito, a porcentagem de uso desse artifício no PB é inferior do que em uma língua caracteristicamente de sujeito nulo. Em Duarte (1995), analisa, em amostra de falas, a preferência dos falantes do PB em relação ao uso do sujeito realizado. Sendo os sujeitos de referência definida, os resultados mostraram que 29% escolheram por sujeito nulo, em oposição a 71% que preferiram o sujeito expresso.

Esses aspectos só ressaltam a ideia de o PB ser uma língua de comportamento peculiar, pois é muito difícil encaixá-lo nessas categorizações. Estudos mais recentes sobre o assunto apontam que a posição do PB é de uma língua de sujeito nulo parcial (DUARTE, 1996; KATO, 1999; DUARTE E FIGUEIREDO SILVA, 2016).

2.2.3 A ORDEM VS

Esta seção visa abordar a questão de ordem do sujeito em relação ao verbo, constituindo, assim, as sentenças. Algumas línguas permitem que o sujeito ocupe a posição posterior ao verbo, o chamado sujeito pós-verbal, sem que isso tenha sido desenvolvido por um elemento desencadeador de tal fenômeno (CHOMSKY, 1981). Quando há essa possibilidade de mudança da ordem sujeito-verbo (SV) para verbo-sujeito (VS), diz-se que há inversão livre do sujeito. E algumas línguas românicas como o italiano, o espanhol e o português europeu, a ordem do sujeito em relação ao verbo pode se dar das duas formas, sendo antes (SV) ou depois dele (VS). Contudo, há outras línguas que não permitem essa possibilidade na mudança de ordem, como exemplo, podemos citar o inglês. Observe:

- (11) a. Ha cantato Maria.
b. Maria ha cantato. (Italiano)

- a'. Maria sang.
b'. * Sang Maria. (Inglês)

- a''. Maria cantó.
b''. Cantó Maria. (Espanhol)

- a'''. Maria cantou.
b'''. Cantou Maria. (Português)

Pode-se ver que, diferentemente do italiano, espanhol e português, o inglês aparenta ser muito mais restrito em suas regras, pois dos exemplos citados foi o único que não aceitou inversão. No quesito de flexibilidade, o português brasileiro, no que lhe diz respeito, apesar de aceitar condições da inversão livre do sujeito como mostra o exemplo em 11 (a''' e b'''), existem casos restritos para seu uso. No trabalho de Kato e Tarallo (1993), alguns verbos transitivos servem de exemplo para mostrar a má formação com o sujeito posposto ao verbo, ou seja, ordem verbo sujeito (VS), como vemos em (12), já os inacusativos permitem com mais facilidade essa mudança na ordem como em (13), lembrando que os verbos apresentados no conjunto são monoargumentais.

- (12) a. *A carta escreveu Maria.
b. * Pães comprou Lucas.

c. *[De] árvore gosta de Tomás.

- (13) a. Chegaram as encomendas para Mariana.
b. Telefonou a menina.
c. Nasceu o bebê.

Dessa forma, fundamentando-se nas sentenças apresentadas acima, é possível perceber que, quando os verbos são transitivos, a possibilidade da ordem verbo-sujeito é mais restrita, enquanto no caso dos inacusativos e intransitivos, a probabilidade de uma boa formação é maior. Mas também é perceptível que a aceitabilidade da inversão muito depende da definitude do DP ([+/- definido]) com o qual se relaciona, pois quando o DP é [- definido], como os exemplos em 13, a inversão sempre resulta na boa formação. Já o mesmo não ocorre com as sentenças em 12, uma vez que seus DPs são mais [+ definidos].

Por conta dessa restrição do PB, em que a inversão só se dá em maior grau quando os verbos inacusativos, Pilati (2006) mostra que também são encontradas na língua construções com verbos inergativos e transitivos (11), ainda que em contextos específicos (PILATI, 2006, p. 191).

- (11) a. Naquela cadeira senta a noiva, na outra o noivo.[inversão locativa]
b. ..., defende o consultor. [construções parentéticas]
c. Abre o placar o time do Palmeiras. [inversão narrativa]
d. Só não gostaram do passeio os meninos pequenos.

(PILATI, 2006, p. 191)

Com base nesses dados que a autora apresenta, ela denomina as ocorrências dessas sentenças em ordem VS no PB como apresentativo-descritivas, além de defender a ideia de que essa inversão da ordem é uma inversão locativa (PILATI, 2006, p. 191 e 192).

2.3 ASPECTOS MORFOLÓGICOS E SINTÁTICOS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: MUDANÇAS NAS FLEXÕES E PRONOMES

Apesar de ambas serem variedades do português, o europeu e o brasileiro, suas características divergem em vários graus, sejam eles morfológicos ou sintáticos. Dessa forma, alguns estudos comparativos entre essas duas variedades como em Galves (1983;1988) e Kato (1999) apontam que as maiores diferenças podem ser encontradas no sistema flexional e pronominal. Enquanto o PE continua sendo uma língua de flexão rica, o PB vem apresentando um enfraquecimento no seu sistema flexional e pronominal como consta em Duarte (1995). Isso contribui para que o sujeito seja cada vez mais preenchido, visto que a partir da concordância verbal sua recuperação não é viável (DUARTE, 1996), como ocorre no PE. Além disso, os traços-Ø de T evidenciam uma versão defectiva (T_{DEF}), na qual o traço de número encontra-se ausente, morfológicamente explicando significa que há uma marca para a primeira pessoa e outra para todas as demais pessoas. Tal fato não ocorre no PE, pois os traços- Ø de T revelam traços bem completos, isto é, há distinção para as três pessoas no singular e no plural (AVELAR, 2009, p.246).

O PB possuía um paradigma com seis (6) formas distintas que caracterizavam a combinação dos traços de número e pessoa, mas que, atualmente, passou a possuir um paradigma com apenas 3 formas (DUARTE, 1993). Tal enfraquecimento pode ter seu início explicado através da perda da segunda pessoa (GALVES, 1990; DUARTE, 1993) e com o desuso da primeira pessoa do plural. Por conta disso, outro fator que colabora para essa mudança é o uso de formas inovadoras como “você/vocês” e o “a gente”, visto que elas são capazes de reduzir as desinências verbais que compõem as conjugações do PB. Abaixo segue o quadro comparativo do sistema flexional do PB que representam as modificações comentadas anteriormente:

Quadro 1 – Paradigma Flexional do português brasileiro

	Século XIX	Século XXI
1ª pessoa do singular	Eu am-o	Eu am-o
2ª pessoa do singular	Tu am-as	Tu am-a(s) Você am-a
3ª pessoa do singular	Ele(a) am-a	Ele(a) am-a
1ª pessoa do plural	Nós am-amos	Nós am-a(mos) A gente am-a
2ª pessoa do plural	Vós am-ais	Vocês am-am
3ª pessoa do plural	Eles(as) am-am	Eles(as) am-am

Fonte: Adaptado de Reis (2017) *apud* Duarte (1996)

O português brasileiro está passando por uma mudança de uma língua *pro-drop* para uma língua não *pro-drop*, o que dá a ela um status de uma língua *pro-drop* parcial. Fato que retoma a discussão da seção anterior sobre a preferência dos falantes nativos do PB em preencher a posição de sujeito. No entanto, ainda há autores que assumem no PB o sujeito ainda é nulo quando em situações que requerem respostas curtas (KATO, 1993; OLIVEIRA, 1996; FIGUEIREDO SILVA, 1996).

(10) a. Você fez a tarefa?

- *pro*Fiz.

b. Emília jantou hoje?

- *pro*Jantou.

Contudo, esses dados indicam que quando é tópico o *pro* pode ser sujeito nulo, pois é recuperado pela pergunta. Duarte (1996) vai contra a ideia, defendendo que, mesmo em sentenças simples, o sujeito referencial é preferencialmente realizado, ainda que a terceira pessoa seja sempre preenchida.

(10) c. Ela imagina sua vida mais feliz.

c'. * Imagina sua vida mais feliz.

d. Ele decidiu não continuar com o curso.

d'. * Decidiu não continuar com o curso.

Pode-se verificar que o não preenchimento do sujeito referencial nas sentenças 10 (c' e d') causa a má formação nas sentenças.

2.4 O PORTUGUÊS BRASILEIRO: UMA LÍNGUA COM PROEMINÊNCIA DE TÓPICO OU DE SUJEITO?

A Linguística, assim como qualquer área de conhecimento, possui muitos questionamentos e hipóteses que a englobam. Uma problemática que vem levantando bastantes discussões acerca desse campo é a respeito da tipologia que o português brasileiro, a qual ele se encaixa; se é uma língua com proeminência de tópicos (estrutura de tópico > comentário) ou uma língua com proeminência de sujeitos (estrutura sujeito > predicado).

Antes de se discutir sobre qual classificação o PB pertence, é preciso entender a diferença entre um sujeito e tópico. Primeiramente, o sujeito está relacionado a sua posição. Quando se pensa nele, pensa-se em papel temático, propriedades EPP e concordância. O sujeito possui traços [+ *aboutness*], ou seja, seleciona um item e “fala” do mesmo e [- *D-linking*], isto é menos conexão com o discurso. Já no que lhe confere o tópico, este possui os traços contrários, [+ *D-linking*] e [- *aboutness*] e não estabelece nenhuma relação argumental com o verbo, diferentemente do que ocorre com o sujeito. Isto quer dizer que o tópico está muito atrelado ao discurso, é uma informação já compartilhada que introduz uma nova, o comentário, determinando, assim, a estrutura frasal tópico > comentário. Segundo Rizzi (1997), o tópico é um elemento não quantificacional, o qual pode ser retomado por um pronome. É gerado na base e pode haver mais de um tópico numa mesma sentença. É comum confundir tópico com topicalização, mas, são coisas distintas. O tópico é um constituinte enquanto a topicalização é um ato de deslocamento do sintagma, mas que não necessariamente será um tópico porque nem sempre envolve retomada de outro constituinte. Observe a

diferença entre uma estrutura frasal sujeito > predicado, tópico > comentário e o fenômeno da topicalização:

- (14) a. As cidades estão cada vez mais desertas. (Sujeito > predicado)
b. O pai da minha filha ele é alemão. (Tópico > comentário)
c. Para o shopping o menino foi. (Topicalização).

As sentenças em (14) refletem as características discutidas acima, uma vez que em (14a) temos a mais tradicional estrutura sujeito > predicado, na qual o sujeito seleciona um item (“as cidades”) e que é falado algo sobre isso no predicado (“estão cada vez mais desertas”). Já em (14b), tem-se a estrutura com um tópico introduzindo um comentário e fazendo a retomada pronominal. E, por fim, em (14c) temos um bom exemplo de uma estrutura topicalizada sem se tratar de um tópico. Entretanto, é comum que as estruturas de tópico > comentário sejam referidas pelo termo topicalização, já que se trata de uma função discursiva (KENEDY, 2014).

Li & Thompson (1976) *apud* Kenedy (2014) afirmam que as estruturas de tópico podem ser encontradas em todas as línguas naturais, mas também apresentam níveis de produtividade da topicalização como uma variável. Na proposta do trabalho desses autores, a estruturação em tópico é marcada ao passo que a topicalização é um ato não marcado. A estruturação em sujeito > predicado é considerada básica. Dessa maneira, eles apresentam as quatro tipologias básicas nas línguas humanas. Para as estruturas de tópico há: (i) línguas orientadas para o discurso, com proeminência de tópicos, (ii) línguas orientadas para a frase, com proeminência de sujeitos, (iii) línguas mistas e (iv) línguas sincréticas. Partindo dessas classificações tipológicas, os linguistas têm procurado onde o PB, com seu comportamento peculiar se encaixa.

Para autores como Pontes (1987), Galves (1998, 2001), Decat (1989), Kato (1989, 2006), Callou Moraes e Leite (1993), Vasco (1999, 2006) e Orsini (2003) assumem o PB como uma língua voltada para o discurso. Isto é, com proeminência de tópicos. Geralmente os autores que defendem que o PB seja uma língua com proeminência de tópicos, estão olhando para um dado muito específico e não consideraram variáveis externas, além de não terem realizado nenhum tipo de experimento (KENEDY, 2014). Em outras palavras, não se tem controle sobre essas ocorrências. Uma opinião um pouco mais radical seria dizer que esses autores fazem essa defesa para dar conta da estrutura sujeito > predicado, na qual o sujeito precisa estar em posição argumental e, caso isso não

ocorra, considera-se que ele está deslocado em CP e é tópico. Em contrapartida, autores como Duarte (1996) e Kenedy (2002) defendem a ideia de que o PB seja uma língua com proeminência de sujeitos.

O problema das argumentações desses autores, de modo geral, ao quererem classificar o PB, é que suas hipóteses se fundamentam apenas em dois tipos de metodologia de pesquisa: a análise de *corpus* e a intuição do próprio linguista. A dificuldade em se obter os dados de *corpus* é por se tratar de dados isolados, sem contexto, que desconsideram fatores importantes como a frequência da ocorrência de determinado fenômeno (KENEDY, 2014). Como defende o autor, nenhuma dessas duas metodologias lida com a sintaxe experimental, a mais capaz de concluir um estudo.

Nos trabalhos de Pontes (1987) e Kato (1989, 1993), os dados encontrados no PB nem sempre possibilitam a distinção entre tópicos não-marcados e tópicos marcados. Segundo o trabalho das autoras, é comum que o PB não receba uma marcação fonológica que poderia indicar que o sujeito se encontra em posição de tópico.

(15) [CP [TP [DP OS brasileiros [VP são um povo trabalhador]]]]

(16) [CP [DP [OS brasileiros]_i [TP Ø_i [VP são um povo trabalhador]]]]

A ausência da marcação fonológica entre os sujeitos executados em TP ou em CP teria ocorrido, segundo o trabalho de Kato (1993), devido à gramaticalização da posição em CP como origem tradicional do sujeito no PB, pois a autora assume que os sujeitos são gerados na base em CP perante a topicalização.

Duarte (1996) vai contra essa proposta apresentando vários aspectos morfossintáticos particulares das línguas de tópico. Sendo possível encontrar apenas uma dessas particularidades no PB, que é a ocorrência de múltiplos sujeitos (17).

(17) A Clarinha_i, ela_i cozinha que é uma maravilha.

(DUARTE, 1995, p.108)

Entretanto, esse tipo de característica também pode ocorrer em línguas com proeminência de sujeitos, como é o caso do inglês e do português europeu. E como foi dito, há divergência no que diz respeito à classificação da tipologia do PB.

Na presença dessas limitações referentes às metodologias até então utilizadas, Kenedy (2014) elabora um experimento acerca das construções de tópico no PB, trazendo

um terceiro tipo de metodologia, no caso a experimentação, também denominada de sintaxe experimental. Essa abordagem vem ganhando espaço na comunidade linguística. Junto com o estudo da sintaxe, ela torna possível que intuições, variáveis linguísticas e extralinguísticas sejam controladas em laboratórios.

Os experimentos permitem capturar a realidade psicológica da topicalização que poderão testar, no processamento cognitivo, se os brasileiros apresentam reações diferentes para as estruturas tópico > comentário ou sujeito > predicado.

Sendo assim, o Experimento I consiste no julgamento de aceitabilidade de orientação de anáforas. Nesse experimento procurou-se verificar qual é a preferência dos falantes brasileiros ao atribuírem um pronome lexical ou uma categoria vazia a um constituinte nominal que ocupa a posição de tópico ou sujeito da sentença. Para cada tipologia, espera-se um resultado diferente. Caso haja a possibilidade de o PB ser uma língua com proeminência de tópicos, espera-se que anáforas nulas e pronominais sejam igualmente orientadas para o tópico do discurso (padrão identificado desde LI & THOMPSON, 1976). Já a diferenciação entre tipos de anáforas orientadas para sujeitos e orientadas para tópicos é o resultado esperado de uma língua com proeminência de sujeitos.

Na metodologia do experimento os participantes são induzidos a ler um conjunto de frases na tela de um computador e devem julgar como aceitável ou inaceitável imediatamente após terem lido a frase. Consiste em um experimento *off-line* que viabiliza o registro da reação dos participantes não só a respeito da aceitabilidade das sentenças como também do tempo necessário para julgá-las.

O design experimental criado apresentava aos participantes: (i) anáforas nulas associadas a um referente em posição de sujeito, (ii) anáforas pronominais associadas a um referente em posição de sujeito, (iii) anáforas nulas associadas a um referente em posição de tópico e (iv) anáforas pronominais associadas a um referente em posição de tópico. A seguir, as frases apresentadas para o teste de aceitabilidade: (1°) referente em posição de sujeito, retomada com anáfora nula (*Szero*): “[Aquela secretária de vermelho]_i, disse que o diretor demitiu Ø_i”; (2°) referente em posição de sujeito, retomada com anáfora pronominal (*Spro*): “[Aquela secretária de vermelho]_i, disse que o diretor demitiu ela_i”; (3°) referente em posição de tópico, retomada com anáfora nula (*Tzero*): “[Aquela secretária de vermelho]_i, o diretor disse que demitiu Ø_i”; (4°) referente em posição de tópico, retomada com anáfora pronominal (*Tpro*): “[Aquela secretária de vermelho]_i, o diretor disse que demitiu ela_i”. No total foram 16 frases experimentais, permitindo que os

participantes emitissem quatro julgamentos para cada condição experimental. Foram adicionadas 32 frases distratoras aos estímulos que tinham como função distrair a atenção dos sujeitos.

O experimento foi realizado com 30 indivíduos selecionados aleatoriamente entre recém-formados da Universidade Federal Fluminense. A média de idade dos sujeitos foi de 24 anos. 21 participantes eram do sexo feminino e 9, do sexo masculino.

Os resultados mostraram que a condição *Szero* (retomada de sujeito com anáfora nula) apresentou baixos índices de aceitabilidade, em um total de 33%. Entretanto, esse resultado contrasta com os julgamentos de *Tzero* (retomada de tópico com anáfora nula), que teve um total de 92% de aceitação. Essa desigualdade entre anáforas de sujeito e de tópico permaneceu quando a anáfora era realizada por um pronome lexical. No caso, a condição *Spro* (retomada de sujeito com anáfora pronominal) atingiu 71% de aceitação, ao passo que *Tpro* (retomada de tópico com anáfora pronominal) teve aceitabilidade de 52%.

Porém, quando a variável tempo de julgamento é levada em consideração, nota-se a presença de outra assimetria entre as condições apresentadas. Nesse caso, *Szero* recebeu julgamentos no tempo médio de 1687 milissegundos, em contrapartida *Tzero* foi julgada mais lentamente com tempo médio de 2019 milissegundos. A condição *Tpro* levou 2398 milissegundos para ser julgada enquanto *Spro*, inferiormente a todas as outras, recebeu julgamentos na média de 1502 milissegundos.

Tais resultados mostram que os participantes do presente experimento preferem que referentes em posição de tópico sejam retomados por uma categoria vazia e os referentes na posição de sujeito sejam retomados por um pronome lexical.

O comportamento dos indivíduos desse experimento enfraquece a hipótese de que o PB seja uma língua com proeminência de tópicos, pois o resultado é justamente o que se espera de falantes com uma língua de proeminência de sujeitos. Pois, quando havia referentes em posição de tópico, demonstrava-se alto índice de aceitação, com o total de 92% e apenas 33% quando os referentes estavam em posição de sujeito. Entretanto, esses resultados quase inverteram quando a retomada era feita por um pronome pleno. Isto é, a aceitação de referentes na posição de sujeito com retomada feita por pronome lexical chegou em 77%, enquanto que a porcentagem de aceitação de referentes em posição de tópico não ultrapassou o nível de aleatoriedade.

Assim, essas diferenças constatadas estatisticamente mostram o comportamento esperado de uma língua com proeminência de sujeitos. “Afinal, nessas línguas, estruturas

com topicalização são consideradas marcadas” (KENEDY, p.169). Nessa mesma condição também se espera que estruturas com esse aspecto demandem mais tempo de processamento, visto que nelas há mais informações a serem analisadas pela mente dos falantes. Todavia, não é o esperado em uma língua com proeminência de tópicos, pois a topicalização é a estrutura não marcada.

Já o experimento 2 foi do tipo *on-line*, no qual os participantes são levados a ouvir frases em um fone de ouvido conectado a um computador. Também foram apresentadas frases, mas em pequenas partes (segmentos). E o tempo de reação gasto pelo indivíduo ao passar de um segmento para outro é registrado por um dispositivo interno ao computador. Trata-se de um experimento com estímulos apresentados em série, sem a possibilidade cumulativa e repetição em que o participante deve memorizar o primeiro segmento para então passar a diante.

O design experimental exibia um sintagma determinante como o primeiro segmento a ser ouvido. A definição do DP como tópico ou sujeito só é possível quando se passa para o segundo segmento que apresentará o sintagma verbal (VP) da sentença. Conforme a seguir:

[DP 1º segmento / VP 2º segmento / 3º segmento]

(8) a. Essa janela / venta muito / no verão.

b. Essa janela / fica aberta / no verão.

(KENEDY, 2014, p.171)

Sendo assim, espera-se dos participantes, no processamento cognitivo desses estímulos, que associem a (8a) a representação mental tópico > comentário e para (8b) sujeito > predicado. O objetivo é testar se na junção entre o primeiro e segundo segmento há alguma computação especialmente mais custosa para os participantes. Lembrando que em (8a) há duas versões de áudio, uma com contorno melódico (característico das estruturas de tópico) e outra com contorno melódico típico da apresentação de um sujeito gramatical.

Tendo em mente a hipótese que o PB seja uma língua com proeminência de tópicos, espera-se que o processamento de (8a) tome menos tempo que (8b). Pois, quanto maior for o tempo demandado para a passagem do segundo segmento, indica maior complexidade para o processamento de informações.

O experimento obteve um controle para as frases do tipo tópico > comentário. Isto foi feito para testar se o contorno melódico de tópico influenciava, da maneira a facilitar, a junção do DP em posição de tópico com o VP da frase. Houve um total de 30 participantes, sendo 19 do sexo feminino e 11 do sexo masculino. Recém-formados da Universidade Federal Fluminense, com atuação em diferentes áreas.

Teve um total de oito frases que compunham a parte experimental e 16 frases distratoras. Além disso, houve balanceamento de estímulos com o uso do quadrado latino. Os DPs utilizados tanto como tópico quanto como sujeito foram balanceados para o traço [animacidade].

Quanto aos resultados, os tempos médios de reação das estruturas tópico > comentário foram superiores em relação às estruturas sujeito > predicado. Mas, quando o contorno melódico típico das estruturas de topicalização é acionado, o tempo médio de reação praticamente se iguala à condição sujeito > predicado. O que, em outras palavras, significa dizer que o comportamento dos participantes indica que eles conseguem reagir a uma estrutura marcada, como a topicalização, tão prontamente quanto reagem a estruturas não marcadas, como a condição sujeito > predicado. O que se pode desprender desse experimento é que tópico > comentário não parece ser a estrutura que faz parte da expectativa inicial dos participantes, além de não ser a mais automática da língua dos mesmos.

Dessa forma, com base em ambos os experimentos realizados, os resultados mostram que há uma semelhança no comportamento dos participantes do que se espera de uma língua com proeminência de sujeitos.

3. A SINTAXE DO SUJEITO LOCATIVO E AS DIFERENTES CONCEPÇÕES TEÓRICAS

3.1 INVERSÃO LOCATIVA E A INFLUÊNCIA DAS LÍNGUAS BANTU

Através do pressuposto minimalista (CHOMSKY, 2000; 2001), Avelar (2009) em seu trabalho explora a ideia de que o português brasileiro manifesta um padrão de inversão locativa, nos quais os constituintes preposicionados são executados na posição sintática de sujeito.

Na tentativa de explicar o fenômeno de um locativo em posição pré-verbal, o autor explica que no PB alguns verbos transitivos permitem que seu argumento externo seja antecedido de uma preposição locativa, como acontece em (18) e (19).

(18) a. Aquela loja vende livro.

b. Naquela loja vende livro.

(19) a. O meu DVD grava qualquer tipo de filme.

b. No meu DVD grava qualquer tipo de filme.

(20) a. Esse restaurante serve todo tipo de salada.

b. Nesse restaurante serve todo tipo de salada.

(AVELAR, 2009, p. 232)

Analisando as sentenças acima, percebe-se que os verbos apresentados são transitivos diretos, sendo que alguns deles permitem a presença de uma preposição que antecede o argumento externo, como é o caso dos verbos *vender*, *gravar* e *servir*, que, por receberem uma interpretação locativa, possibilitariam a introdução dos seus argumentos por uma preposição de mesma interpretação. O mesmo tipo de construção não seria possível no PE, visto que empregam o uso de um pronome impessoal *-se* (21a), ou indeterminam o sujeito, utilizando o verbo na terceira pessoa do plural (21b) (AVELAR, 2009).

(21) a. Naquela loja se vende(m) livros.

b. Naquela loja vendem livros.

(AVELAR, 2009, p. 233)

A condição para que o PB aceite sintagmas locativos preposicionados em uma posição em que isso não poderia ocorrer, no caso, a posição de sujeito destinada aos sintagmas nominais desprovidos de preposição é em decorrência da *inversão locativa*. As construções resultantes dessa alternância sintática são as que possuem um constituinte locativo (normalmente não-argumental), o qual é realizado na posição gramatical atribuída para o sujeito argumental (REIS, 2017). Levando em conta esse fenômeno, Avelar assume que o paradigma flexional do PB aceita relações de concordância entre o PP locativo e o verbo. A fim de entender melhor o processo da inversão locativa e as condições para que isso ocorra, o autor apresenta testes em que o PP locativo está frontado, ocupando a posição pré-verbal, “servindo” como um sujeito gramatical:

(22) construções com verbos inacusativos e inergativos

- a. Na festa vai aparecer muita gente.
- b. Naquele quarto dorme criança.
- c. Naquela fábrica trabalha um amigo meu.

(23) construções com verbos tipicamente transitivos

- a. Na loja do Pedro não conserta sapato de couro.
- b. Naquela fazenda plantava beterraba.
- c. Nas cidades do interior não sequestra tanto como nas grandes capitais.

(AVELAR, 2009, p.234)

Nas sentenças mostradas acima, o elemento locativo em posição pré-verbal apresenta um comportamento sintático da mesma maneira que sujeitos argumentais, quando estes aparecem na mesma posição. O primeiro dos testes realizados é o que se refere à obrigatoriedade do locativo em contextos com sujeitos pós-verbais, gerando a má formação nas sentenças quando ele não é realizado, em contraste com ser opcional quando os sujeitos argumentais são pré-verbais. O conjunto (24) evidencia melhor esses aspectos mencionados, observe:

(24) a. (Naquele quarto) várias pessoas dormiram.

- b. * Dormiu/Dormiram várias pessoas.
- c. Naquele quarto dormiu/dormiram várias pessoas.

(AVELAR; CYRINO, 2009, p.06)

Nota-se que tanto (24 a) quanto (24 c) são sentenças gramaticais, aceitáveis e com boa formação, independentemente da posição do sujeito. Já as más formações das construções, com a ausência de um PPloc com sujeitos pós-verbais, como acontece em (24 b) se devem pela não-saturação da grade temática de alguns verbos. Isso é melhor mostrado no exemplo (25), com a presença do verbo *vender* (25), uma vez que seu argumento externo não se encontra realizado.

(25) a. (Naquela loja) o Pedro vende todos os tipos de livro.

b. * Vende todos os tipos de livro.

c. Naquela loja vende todos os tipos de livro.

(AVELAR, 2009, p.235)

Feita essa breve análise, é possível inferir que às vezes parece haver uma certa obrigatoriedade em relação à presença do locativo nas sentenças. Ela pode ser explicada por conta da capacidade do locativo de satisfazer a condição EPP quando o sujeito é pós-verbal ou quando este não se encontra expresso na sentença. Já na inversão locativa, quando o PPloc é frontado, o sujeito gramatical pode ser eliminado da sentença e, dessa forma, o mesmo preenche a posição de Spec,TP, checando o traço EPP referente a essa posição. A conclusão dos autores a respeito da presença do locativo é que se trata de uma instância gramatical e não argumental/semântico, podendo o elemento ocupar a mesma posição que o sujeito argumental ocuparia se fosse declarado na sentença. “(...) o locativo faz às vezes do constituinte que corresponde ao sujeito argumental quando, por alguma razão este constituinte não está disponível para ocorrer na posição gramatical de sujeito.” (AVELAR, 2009, p. 235)

Já o segundo teste é em relação ao movimento do locativo com verbos de alçamento. Este tipo de verbo é responsável por alçar um DP, sujeito de uma predição, que não permite receber Caso do seu predicador para uma posição onde a atribuição de caso seja necessária. As sentenças com o verbo de alçamento *parecer* apresentados em (26) evidenciam que o PPloc deve ocorrer em posição pré-verbal se o sujeito argumental permanecer posposto (26). Esse teste favorece a ideia de que os locativos se comportam da mesma maneira no que se refere à exigência de serem movidos para Spec,TP, nesse tipo de construção.

- (26) a. *Parece na casa da Maria chegar muitas cartas.
b. Na casa da Maria parece chegar muitas cartas.
c. *Parece naquele shopping trabalhar muita gente.
d. Naquele shopping parece trabalhar muita gente.

(AVELAR; CYRINO, 2009, p. 06)

Com os dados dispostos acima observa-se que as sentenças em que o PP locativo não está alçado, à esquerda do verbo, gera má formação nas sentenças (26 a-c). Essa ocorrência pode ser explicada, pois, no caso de interpretar o PP locativo como um sintagma nominal, sabe-se que qualquer SN destinado à posição de sujeito da oração infinitiva, o constituinte locativo também necessita ser alçado para a oração matriz quando se situa na posição de sujeito.

No que concerne a esses dados inovadores do PB, a inserção de um sintagma com interpretação locativa na posição pré-verbal de sujeito pode ser consequência do contato do português brasileiro com línguas da família Bantu, de acordo com o trabalho de Avelar e Cyrino (2009). Essas são línguas faladas pela maior parte dos africanos que chegaram ao Brasil entre os séculos XVI e XIX.

Sobre a influência de línguas africanas no português brasileiro, Negrão e Viotti (2008) falam a respeito da possibilidade de a *ergativização*, a qual trata-se de um propriedade sintática que acontece com a presença dos verbos transitivos –ainda que não seja com todos –, em que o sujeito da frase está ausente, deixando a posição destinada a ele vazia e todo esse processo ser fruto da entrada maciça dos falantes de línguas africanas em solo brasileiro. Observe as seguintes sentenças:

- (42) a. Esse gravador tá gravando direito?
b. Tá gravando direito nesse gravador?

(NEGRÃO; VIOTTI, 2011, p. 1-6)

O verbo *estar* nos casos acima é transitivo, mas em (42b), o argumento externo é deslocado para a periferia deixando a posição de sujeito vazia, dando impessoalidade à sentença. A partir disso, as autoras trabalham com uma nova linha de pensamento, que são as sentenças absolutas. O esvaziamento da posição de sujeito causado pelo deslocamento do argumento externo dos verbos transitivos quando este, na verdade,

deveria estar em posição de complemento do verbo gera uma construção intransitiva, visto que o argumento temático é o único evidente aparecendo na posição pré-verbal. Se o sujeito semântico for realizado, sentenças com essas características não são possíveis, conforme o trabalho de Avelar e Galves (2013). Sendo assim, elas introduzem a hipótese de o PB estar em transição, passando por um processo de *ergativização*, dando a possibilidade de construções com verbos os quais, em tese, não seria possível a ocorrência.

O PB e as línguas Bantu dialogam em alguns aspectos, como a aceitabilidade da inversão locativa, por exemplo. Há pelo menos dois padrões responsáveis por essa alternância sintática: (i) a inversão locativa é aceita somente em construções inacusativas e (ii) a inversão locativa sucede em uma variedade mais ampla de construções. Os exemplos de inglês (27) e chichewa (28) exemplificam o primeiro dos padrões listados acima.

(27) a. In the distance appeared the towers and spires of a town [...] (Na distância apareceu as torres e espirais da cidade.)

b. *In the cafés of Paris talk many artists. (*Nos cafés de Paris falam muitos artistas.)

(28) a. Ku-mu-dizi ku-na-bwér-á a-lendô-wo. (To the village came those visitors)
(Para a aldeia vieram aqueles visitantes).

b. * m-mi-têngo mu-kú-imb-á a-nyãni. (In the trees are singing baboons)
(Nas árvores estão cantando babuínos).

(AVELAR; CYRINO, 2009, p.04)

Em oposição ao primeiro padrão de inversão locativa, as línguas Bantu como setswana e o kinyarwanda aceitam esse fenômeno em construções com verbos inergativos e transitivos (Salzmann 2004). O mesmo acontece com o PB, fato que o distingue das demais línguas românicas. Outro aspecto possível de relacionar o PB com as línguas Bantu é que elas apresentam um sistema de concordância locativa empobrecido, sendo que isso gera uma preferência do verbo ocorrer na terceira pessoa do singular, nos casos em que a inversão ocorre (29).

- (29) a. Naquele quarto dorme(m) três crianças.
b. Naquela loja trabalham(m) vários amigos meus.
c. Na Unicamp estuda(m) dois filhos da Maria.

(AVELAR; CYRINO, 2009, p.11)

Analisando as frases anteriores, os autores relatam que os verbos não necessitam ser flexionados para concordar com o sujeito argumental pós-verbal e que o uso do verbo no singular soa de maneira mais natural. Essas reflexões acerca do PB em comparativo com as línguas Bantu, que permitem a inversão locativa com verbos inergativos e transitivos, denotam a possibilidade de haver algum tipo de relação entre morfologia empobrecida e o fenômeno da alternância sintática em sentenças com os tipos de verbos citados anteriormente (REIS, 2017). Isso seria apenas mais um fator pertencente aos dados inovadores no PB em decorrência do enfraquecimento da concordância entre sujeito-verbo, como foi visto na seção sobre o sistema flexional do português brasileiro (REIS, 2017).

3.2 OS LOCATIVOS E A CONCORDÂNCIA

Como foi discutido no capítulo anterior, Avelar (2009) defende a ideia de que o paradigma flexional do PB permite relações de concordância entre o verbo e o PPloc nas situações em que os sintagmas locativos são fronteados para a posição gramatical designada ao sujeito argumental da sentença. Em resumo, estamos falando dos casos onde há inversão locativa.

“(…) o movimento de um sintagma para [Spec - TP] se dá para garantir a atribuição de Caso nominativo. Dado que a preposição locativa (bem como qualquer preposição) presente em PPloc já é um atribuidor natural de Caso, precisamos determinar o que justifica a ocorrência desse sintagma preposicionado em posição de sujeito.” (AVELAR, 2009, p. 240)

Deste modo, o autor, na tentativa de justificar tal acontecimento, admite que os PPs locativos devem ser tratados como sintagmas nominais, considerando que os pronomes adverbiais já são, por natureza, categorias nominais. Isso pode ser explicado, pois o Avelar assume que os locativos preposicionados apresentam um pronome adverbial que pode ser fonologicamente nulo ou realizado. Em outras palavras, o núcleo do constituinte locativo não seria, portanto, a preposição que antecede o PP, mas, sim, o pronome adverbial frente à essa preposição (30). Em resumo, o constituinte locativo para Avelar não se limita a preposição, pois, na realidade, trata-se de um pronome adverbial que antecede a preposição. O que é um fenômeno estranho, visto que não tem nenhum elemento pré-verbal preenchendo a posição do sujeito, nem um clítico para garantir a interpretabilidade.

(30) a. Vende muitos livros (*lá*) *naquele shopping*.

b. Dorme criança (aqui) nesse quarto.

c. Planta todos os tipos de legume (*aí*) nessa fazenda.

(AVELAR, 2009, p. 241)

Como em uma projeção de uma categoria nominal qualquer, a atribuição de Caso em relação ao constituinte locativo não deve causar nenhum estranhamento. As estruturas pronominais são capazes de desencadear concordância, logo, não seria de se admirar que os traços-f de T possam estabelecer uma relação de concordância com o LocP/PPloc. Entretanto, um contraponto para esse raciocínio seria a viabilidade do PP locativo ocorrer ao final da sentença (30). As sentenças do conjunto (30) parecem sinalizar que o sintagma locativo, mesmo que seja requerido para dar a boa-formação da sentença, nem sempre ocorre na posição gramatical do sujeito e que, em consequência disso, não seria correto associar seu evento ao requerimento de Caso, uma vez que de fato nas sentenças em (30) a posição em que o PPloc é executado não pode ser interpretada como a posição gramatical de sujeito.

Sendo assim, o fronteamento do PPloc para Spec,TP só acontece quando o pronome adverbial (fonologicamente realizado ou nulo) entra na derivação, necessitando da atribuição de Caso. Isto é, quando o movimento do PP locativo para Spec,TP não exige Caso, ele permanece *in situ*. E em vista disso, não teria problema algum para que T estabeleça concordância com o PPloc quando este se encontra fora da posição esperada.

Em suma, o PP locativo nasce como um adjunto na estrutura sintática e seu deslocamento para Spec,TP somente quando o pronome adverbial exige Caso.

As preposições que antecedem o PPloc, por atribuírem Caso, movem o constituinte locativo para Spec,TP e, como evidência que reforça essa ideia, são as construções com verbo de alçamento (31), pois essas mostram que o PP locativo não é capaz de ficar em uma posição sem Caso.

- 31) a. Parece morar todas aquelas pessoas (lá) naquela casa.
b. Todas aquelas pessoas parecem morar (lá) naquela casa
c. (Lá) naquela casa parecer morar todas aquelas pessoas.
d. *Todas aquelas pessoas parecem (lá) naquela casa morar.
e.* (Lá) naquela casa parece todas aquelas pessoas morar.

(AVELAR, 2009, p.243)

Essas sentenças sinalizam que tanto o argumento verbal como o PP locativo podem ser simultaneamente realizados em uma posição interna à oração encaixada. Todavia, quando um desses elementos ocorre na posição pré-verbal (31b-c) da oração principal, existe um requerimento que precisa ser cumprido ao passo que o outro constituinte precisa manter-se *in situ*. Caso contrário, se este for expresso na posição anteposta ao verbo, tem como consequência uma construção agramatical (31d-e). Essa agramaticalidade é justificada pela indispensabilidade de atribuição de nominativo. Assim sendo, o autor conclui que “o LocP/PPloc não pode requerer Caso nominativo quando o DP argumental também o exigir (e vice-versa)” (AVELAR, 2009, p.244).

Assim como há discrepância de opiniões acerca da tipologia na qual o PB se insere, quando se trata da concordância DPs e os PPs locativos, as ideias também divergem. Como foi visto nos trabalhos de Avelar (2009) e Avelar e Cyrino (2009), os autores defendem que tal concordância pode se ser efetuada entre os constituintes locativos e o verbo. Já no trabalho de Quarezemin (2017), ao mostrar indícios, defende o pensamento de que, na verdade, o verbo concorda com um *pro genérico* de terceira pessoa do singular ou do plural (quando há PP locativo em posição pré-verbal).

3.3 LOCATIVOS PRÉ-VERBAIS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

O trabalho realizado por Quarezemin (2017) traz um estudo a respeito das sentenças com PP e DP locativos em posição pré-verbal, mostrando que estes tipos de construções também acontecem em outras línguas românicas como o PE e o italiano, contestando a classificação do PB como língua orientada para o discurso. A autora defende a ideia de que, apesar de serem similares, as sentenças com PP e DP locativos não devem receber a mesma análise sintática, mesmo que em ambos casos o sujeito não esteja topicalizado. A hipótese desse trabalho é que as construções que possuem DPs locativos pré-verbais ainda que, em tese, não correspondem ao argumento lógico do verbo revelam a mesma sintaxe de construções com sujeito gramatical.

De acordo com a autora, a posição estrutural do sujeito pré-verbal não é um bom critério para dividir as línguas de sujeito nulo e de sujeito não nulo (CARDINALETTI, 2014 *apud* QUAREZEMIN). De uma perspectiva semântica, as seguintes frases não aparentam ter diferença (32):

- (32) a. Maria comprou uma casa.
b. Maria ha comprato una casa.
c. Mary bought a house.

(QUAREZEMIN, 2016, p. 02)

- (33) A Maria, ontem ela comprou uma casa.

(QUAREZEMIN, 2017, p. 204)

Elas são perfeitamente capazes de aparecer em um contexto *out-of-the-blue* e podem responder perguntas do tipo *O que aconteceu?* O sujeito pré-verbal tem a possibilidade de ser um tópico, mas não necessariamente o é, pois, quando isso acontece é possível realizar uma retomada pronominal.

Em contraste com as demais sentenças, a em (33), devido ao deslocamento do objeto não é capaz de responder uma pergunta do tipo *O que aconteceu?*, pois o pronome “ela” já está preenchendo a posição canônica de sujeito e esse movimento sinaliza uma acentuação no pronome que deve mostrar uma posição argumental. Diferentemente do PB, os pronomes considerados fracos *egli/esso* na língua italiana não podem ser

deslocados à esquerda, como vemos na agramaticalidade de (34), porém, podem figurar uma posição argumental (CARDINALETTI; STARKE, 1999, p.68).

(34) a. *Egli a Gianni [*pro* non gli ha parlato].

‘Ele ao João *pro* não a ele falou.’

b. *Esso questo problema [*pro* non lo spiega].

‘Isso este problema *pro* não o explica.’

(QUAREZEMIN, 2017, p.205)

A discussão aqui se encarrega sobre a questão de o sujeito pré-verbal estar em Spec,TP ou Spec,CP. Isto posto, a autora observa que as sentenças com Aux-to-Copm e *complementizer-deletion* favorecem a análise acerca do sujeito em posição argumental no italiano (CARDINALETTI, 1997, p.43-44). A fim de comprovar que o sujeito não está em CP, as sentenças abaixo funcionam como testes. Se o quadro fosse esse, a construção (35a) seria agramatical.

(35) a. Avendo Gianni telefonato a Maria. (Tendo João telefonado para Maria)

b. *Avendo a Roma vissuto per venti anni, conosce un pò tutto. (*Tendo em Roma vivido por vinte anos, conhece um pouco tudo)

(QUAREZEMIN, 2017, p.206)

“A Roma” é um locativo que já está em CP e cria uma barreira impedindo a passagem de outros constituintes. Ao longo do texto são realizados vários tipos de testes com construções -Wh, pseudoclivadas, pseudoclivadas canônicas, DPs indefinidos etc, tudo para fundamentar a ideia de que o sujeito não se encontra em CP. Lembrando das diferenças entre tópico e sujeito, elementos que estão na periferia esquerda da sentença não requerem concordância.

Dessa maneira, pode-se dialogar com o trabalho de Cardinaletti (2004), o qual apresenta sua proposta sobre o *sujeito da predicação*.

(36) a. A Gianni è piaciuto Il regalo. (Ao João agradou o presente)

b. Su Gianni è caduta una grande disgrazia. (Sobre João caiu uma grande desgraça)

c. La causa della rivolta sono Gianni e Maria. (A causa da revolta são João e Maria)

Ao observar as sentenças do conjunto (36) nota-se que o sintagma que ocupa a posição de sujeito não é o próprio, pois não passa pelos traços- \emptyset e também não passa pela posição nominativa. Esses XPs (um sintagma qualquer) estão ali para garantir a relação de *aboutness*. Dessa forma, entra a proposta de Cardinaletti (2004) respeito do sujeito da predicação (SubjP). O *sujeito da predicação*, portanto, é uma posição funcional introduzida no domínio flexional, que possui traços distintos, como o traço de Caso nominativo (quando a posição de sujeito for pré-verbal) e traço EPP.

No trabalho de Cardinaletti (2014) e Quarezemin e Cardinaletti (2017), as autoras ao analisarem a sintaxe do sujeito no português brasileiro observaram que há construções sentenciais nas quais existem itens que ocupam a posição de sujeito, mas que não é o sujeito que está ali para checar concordância, como ocorre com o sujeito locativo. Por essa razão, o sujeito não se restringe ao TP podendo se deslocar para o domínio flexional acima de TP, diferentemente do que Avelar (2009) propõe. Seguindo a linha de raciocínio das autoras, as sentenças se estruturariam da seguinte forma:

Com PP locativo:

[SubjP PPloc_i [TP *pro*_{genérico} verbo [VP t_i DP]]]

Com DP locativo:

[SubjP DPloc_i [TP t_i verbo [VP t_i DP]]]

Então, uma sentença como “Na padaria vende pão” seria representada como:
[Na padaria] vende pão. - [SubjP Na padaria_i [TP *pro*_{genérico} vende [VP t_i pão]]]

Enquanto a sentença “A padaria vende pão” se estruturaria como: [A padaria] vende pão. - [SubjP A padaria_i [TP t_i vende [VP t_i pão]]]

A partir da análise dessa proposta de estruturação para as sentenças com PP locativo e DP locativo, é possível notar as diferenças que há entre essas duas formas, apesar de ambos estarem deslocados à esquerda do verbo, o primeiro conta com a presença de um *pro* genérico em TP, enquanto o segundo se comporta de maneira canônica como um sujeito gramatical. Ainda no mesmo trabalho, as autoras admitem que os PP locativos pré-verbais no PB têm um comportamento diferente dos locativos

fronteados na língua inglesa e dos objetos deslocados à esquerda no PB, como é possível observar nos conjuntos (37) e (38):

- (37) a. Quando ele disse que na escola aceita cartão de crédito?
b. ??Quando ele disse que cartão de crédito na escola aceita?
c. ??Quando que ele disse que para os alunos a escola dá cartão de crédito?
- (38) a. O cartão de crédito que na escola aceita/aceitam é o Visa.
b. ?? O cartão de crédito que para os alunos na escola dão é o Visa.

(QUAREZEMIN; CARDINALETTI, 2017, p.12)

Outro fenômeno interessante são as construções com PP locativos e verbos meteorológicos, que, inclusive, esses tipos de verbo parecem estabelecer uma relação muito forte com a posição SubjP.

- (39) a. Em algumas cidades de SC neva no inverno.
b. *Em algumas cidades de SC nevam no inverno.

- (40) a. Algumas cidades de SC nevam no inverno.
b. *Algumas cidades de SC neva no inverno.

(QUAREZEMIN, 2017, p.212)

Se nesse contexto for considerada a hipótese de Avelar (2009), em que o PP locativo está em posição de sujeito Spec,TP, seria esperado que a concordância entre o termo locativo e o verbo fosse exercida. Tal ideia contradiz os resultados mostrados em (39), pois a sentença (39b) é agramatical. Já na ausência da preposição, tornando o sintagma um DP locativo, a realização da concordância dele com o verbo torna-se obrigatória.

Ao se pensar que o constituinte locativo está em Spec,SubjP, seria lógico inferir que a posição nominativa Spec,TP ficaria vazia. Mas, no trabalho de Quarezemin e Cardinaletti (2017) as autoras, ao analisarem as relações de concordância, mostram que a posição Spec,TP estaria preenchida por um *pro-genérico*, visto que o PB aceita um sujeito nulo quando há outro elemento no discurso que é responsável pelo reconhecimento desse

suposto vazio. Para Quarezemin (2016), a relação de concordância entre o PP é estabelecida com o *pro-genérico*. Sendo assim, a estrutura ficaria: [_{SubjP} Na escola_i [_{TP} *pro*_{genérico} aceita/aceitam [_{VP} t_i cartão de crédito]]].

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ocorrências com constituintes locativos pelos falantes do PB tem sido cada vez mais frequentes. O sujeito locativo, apesar de ser ignorado pela Gramática Tradicional se assemelha com o sujeito dito “tradicional”, no que se refere a ser realizado em uma posição pré-verbal, concordância e não preposicionado, no caso dos DPs locativos.

Foi possível investigar e compreender um pouco mais sobre a sintaxe do sujeito locativo no PB, ressaltando as diferentes concepções de sujeitos existentes na língua. Os dados e análises mostraram que os locativos não se relacionam com qualquer tipo de verbo. De acordo com as informações obtidas, notou-se que a maior frequência de construção com locativos acontece quando os verbos são biargumentais ou inacusativos. Também foi possível observar que os locativos se relacionam melhor com DPs [+ definidos].

Segundo as discussões trazidas nas seções anteriores, chega-se à conclusão de que, independente da abordagem teórica utilizada, os PP locativos e os DP locativos apresentam comportamentos distintos e não devem receber a mesma análise sintática, uma vez que o DP, sintagma nominal com interpretação locativa, comporta-se como um sujeito gramatical, o aparecimento do PP locativo nas construções sentenciais do português brasileiro pode ser interpretado como uma nova estratégia de indeterminação do sujeito, tendo valor equivalente a partícula *-se*. Observe nas sentenças a seguir:

- (41) a. Na padaria vende pão.
b. Na padaria vendem pão.
c. Na padaria vende-se pão.

O valor significativo das sentenças acima parece ser o mesmo. No trabalho de Negrão e Viotti (2011), as autoras discorrem sobre o processo de *impessoalização* no português brasileiro. E, como também foi mencionado anteriormente, Negrão e Viotti (2011) trabalham com a hipótese de o PB estar passando pelo processo da ergativização, em decorrência da influência das línguas africanas, possibilitando, assim, construções com verbos os quais essa propriedade não seria possível, como acontece em (41).

A respeito do *status* tipológico do português brasileiro, foi salientado que alguns autores ainda defendem que o PB seja uma língua com proeminência de tópicos e outros que o assumem como uma língua com proeminência de sujeito. Entretanto, ambos os lados se basearam nas intuições do linguista ou em linguística de *corpus*. Kenedy (2014) mostra o que falta na argumentação e estudo desses pesquisadores e a importância de se realizar um experimento, propondo uma terceira metodologia: a sintaxe experimental, a qual é capaz de dar contas dessas questões de maneira mais aprofundada.

Dessa forma, a partir da abordagem cartográfica, este trabalho visou abordar as discussões e estudos recentes acerca desse fenômeno linguístico – o sujeito locativo – e seu comportamento nas sentenças do português brasileiro, trazendo diferentes abordagens teóricas sobre o mesmo assunto para melhor compreensão. As leituras realizadas para este trabalho ampliaram o conhecimento não só acerca do objeto de estudo, como também da língua, o português brasileiro, evidenciando o quão complexo e rico é o seu comportamento e a relação entre as suas estruturas. Além disso, não é tão simples categorizá-lo, pois apresenta características muito singulares. Em relação ao fenômeno estudado, é um campo relativamente novo na linguística, que abre portas para novas descobertas.

Como foi parte de um dos objetivos da pesquisa apresentar as diferentes teorias que pudessem dar conta do fenômeno, cada autor presente neste estudo tem uma visão distinta sobre a posição que o locativo pode ocupar, como ele se estrutura nas sentenças e seu comportamento. Todavia, a análise exibida no trabalho de Quarezemin e Cardinaletti (2017), a respeito do SubjP, parece dar mais conta dessas construções sentenciais e justificativas para suas ocorrências, não se restringindo somente aos sujeitos locativos, mas tendo em vista os sujeitos não-padrão de uma forma geral.

5. REFERÊNCIAS

AVELAR, J.; GALVES, C. **Concordância Locativa no Português Brasileiro: Questões para a Hipótese de Contato**. In: Moura, M; Sibaldo, M. (eds). Para a História do Português Brasileiro. 1ª ed. Maceió: Edufal. 103-132, 2013.

AVELAR, J. O. de. **Inversão Locativa e Sintaxe de Concordância no Português Brasileiro**. Nº 24, vol. 16. Rio de Janeiro: Matruga, 2009.

AVELAR, J.; CYRINO, S, **Sobre Constituintes Locativos Pré-verbais: Paralelismos entre o Português Brasileiros e as Línguas Bantu**, 2009.

AZEREDO, J. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. 3. Ed. de 2010. São Paulo: Publifolha, 2013.

BELLETTI, A. Aspects of the low IP area. In.: RIZZI, L. (Org.). **The structure of CP and IP. The Cartography of Syntactic Structures**. New York: Oxford University Press, 2004. v. 02. p. 16-51.

CARDINALETTI, A. **Cross-linguistic variation in the syntax of subjects**. Linguistic Variation in the Minimalist Framework, Oxford, Oxford University Press, p. 82-107, 2014.

CARDINALETTI, A. **Toward a cartography of subject positions**. Theory 6, p. 291-352, 1988. In: Rizzi, Luigi (Ed.), **The Structure of CP and IP**. The Cartography of Syntactic Structures, Volume 2, New York, Oxford University Press, p. 115-165, 2004.

CHOMSKY, N. Remarks on Nominalization. In: JACOBS, R; ROSENBAUM, P. S. (Orgs.). **Lectures on Government and Binding**. Dordrecht: Foris, 1981.

COSTA, J.; DUARTE, I. Preverbal subjects in null subject languages are not necessarily dislocated In: **Journal of Portuguese Linguistics**. 2002. p. 159-175.

CUNHA, C; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. 6. Ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

DUARTE, M. E. **A perda do princípio ‘Evite Pronome’ no português brasileiro**. Tese de Doutorado, IEL/Unicamp, 1995.

DUARTE, M. E. Do pronome nulo ao pronome pelo: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: Roberts e Kato (orgs.), **Português brasileiro, uma viagem diacrônica**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

DUARTE, M. E. **A representação dos sujeitos de “referência estendida”**: um estudo diacrônico. In LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A., and RIBEIRO, S., orgs. Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 123-136. ISBN 978-85-232-1230-8. Available from *SciELO Books*.

FIGUEIREDO SILVA, M. C. **A posição sujeito no português brasileiro**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

GALVES, C. Clíticos: geomeria ou álgebra, morfologia ou sintaxe? **D.E.L.T.A**, São Paulo, 1990, vol.6, nº 2, p. 255-271.

GALVES, C. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: ROBERTS, I. & KATO, M. (orgs.). **Português brasileiro – uma viagem diacrônica**. Campinas: Editora da Unicamp, p. 387-408, 1996.

GALVES, C. **Ensaio sobre as gramáticas do português**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

KATO, M. A. Tópico e sujeito: duas categorias na sintaxe? **Cadernos de estudos linguísticos**, Unicamp-IEL, Campinas, n.17, 1989.

KATO, M; TARALLO, F. The loss of VS syntax in Brazilian Portuguese. In: KOCH, I. V; SCHLIEBE-LANGE, B. (Orgs.) **Linguistik in Bresil**. Tübingen: Nyemeyer, 1993.

KATO, M. A.; DUARTE, M. E. L. Restrições na distribuição de sujeitos nulos no Português Brasileiro. **Veredas**, Coimbra, v. 18, n. 1, p.1-22, 2014. Disponível em: http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2014/07/01-Kato_Duarte2.pdf. Acesso em: 07 ago. 2019.

KATO, M. **Comparando o Português da América com o Português de Portugal e com outras línguas**. Museu da Língua Portuguesa, 2006. Disponível em: http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/colunas_interna.php?id_coluna=13. Acesso em: 28 ago. 2018.

KENEDY, E. **Aspectos estruturais da relativização em português**: uma análise baseada no modelo raising. Dissertação de Mestrado. RJ: UFRJ, 2002.

KENEDY, E. **O status tipológico das construções com tópico no português Brasileiro**: Uma Abordagem Experimental. In: Revista da ABRALIN, v.13, n.2, 151-183, 2014.

LOBO, M. Dependências temporais: a sintaxe das orações subordinadas gerundivas do português. **Veredas**, Coimbra, v. 1, n. 1, p.1-21, dez. 2009. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo055.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2019.

MARIANI, C. P. **O Sujeito Locativo em Sentenças do Português Brasileiro**: uma análise preliminar. 2009. 43 f. TCC (Graduação) - Curso de Língua Portuguesa, Linguística, Português e Línguas Clássicas (LIP), Universidade Federal de Brasília (UnB), Brasília, 2009. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/1704/1/2009_CarinePereiraMariani.pdf. Acesso em: 24 jul. 2019.

MIOTO, C; SILVA & LOPES. **Novo Manual de Sintaxe**. Florianópolis: Ed. Insular, 2007.

NEGRÃO, E. VIOTTI, E. **A ergativização do português brasileiro**: Uma conversa continuada com Carlos Franchi. In: DA HORA, D; NEGRÃO, E (eds.), **Estudos da linguagem. Casamento entre temas e perspectivas**. João Pessoa, PA: Ideia Editora Universitária, p. 37- 61, 2011.

NEGRÃO, E. **A Cartografia Sintática – Novos Caminhos da Linguística**, 2017.

NEGRÃO, E. **O princípio de projeção estendida no Português Brasileiro**. Revista Letras, Curitiba, n. 56, p. 141-155. jul./dez. 2001. Editora da UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/18410/11983>. Acesso em: 10 set. 2018.

PILATI, E. N. S. **Aspectos sintáticos e semânticos das orações com ordem verbo-sujeito no português do Brasil**. Tese de Doutorado. Brasília: UnB, 2006.

PONTES, E. **O tópico no português brasileiro**. Campinas: Pontes, 1987.

QUAREZEMIN, S.; CARDINALETTI, A. Non-Topicalized Preverbal Subjects in Brazilian Portuguese [online] ISSN 2499-1562 **Annali di Ca' Foscari**. Serie occidentale, 51, 2017, 383-410.

QUAREZEMIN, S. **A arquitetura da sentença no Português Brasileiro: considerações sobre Sujeito e Tópico**. Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 96, pp.196-218, jul./dez. 2017.

QUAREZEMIN, S. A Focalização do Sujeito e a Inversão Livre no Português Brasileiro. **Estudos Lingüísticos XXXV**, p. 1793-1801, 2006. https://www.researchgate.net/publication/266466081_A_Focalizacao_do_Sujeito_e_a_Inversao_Livre_no_Portugues_Brasileiro

QUAREZEMIN, S. **Estratégias de Focalização em Português Brasileiro –Uma Abordagem Cartográfica**. 2009. 198f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFSC, Florianópolis, 2009.

QUAREZEMIN, S. **Locativos Pré-verbais no Português Brasileiro**: Considerações sobre Sujeito e Tópico. Università Ca'Foscari, 2017.

REIS, L de. M. **A sintaxe dos sujeitos locativos no português brasileiro**. 2017. 90f. Dissertação de mestrado - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2017.

RIZZI, L.; SHLONSKY, U. **Satisfying the Subject Criterion By a Non-Subject**: English Locative Inversion and Heavy Np Shift. 2006.

RIZZI, L. The fine structures of left periphery. In.: HAEGEMAN, L. (Org.). **Elements of Grammar**. Klumer Academic Publishers, 1997. p. 281-337.

RIZZI, L. (ed.) (2004), **The Structure of CP and IP** – The Cartography of Syntactic Structures, vol 3, Oxford: Oxford University Press.

RIZZI, L. forthcoming. **The left periphery: Cartography**. Freezing, Labeling. In Proceedings of the International Workshop on Syntactic Cartography. Beijing: Beijing Language and Culture University, 2015.

RIZZI, L. **On some properties of subjects and topics**, 2005.

RIZZI, L. **The fine structures of left periphery**. In: Haegeman, Liliane (ed.), **Elements of Grammar**. Klumer Academic Publishers, p. 281-337. 1997.

THOMPSON, S. A; LI, C. N. **Subject and topic: a new typology of language**. In: Li, C. N. (ed.), **Subject and topic**. New York: Academic Press Inn, 1976.